

IRSA - CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL (01/10/2025 A
20/01/2026) - IRSA 17 - SUSTAINABLE PUBLIC FOOD PROCUREMENT FOR
FOOD SYSTEMS TRANSFORMATION

**POVOS INDÍGENAS E PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR (PNAE): ESTUDO LONGITUDINAL NOS MUNICÍPIOS DA
AMAZÔNIA LEGAL**

Rafael De Freitas Cabral (rafaelcab@gmail.com)

Samara Rodrigues Ramos (samararodriguesramos16@gmail.com)

Gabriel Adami Rodrigues (gabriel.adami@aluno.unb.br)

Anna Clara Felix Henriques (henriques.anna@aluno.unb.br)

Gustavo Heringer Xavier (gustavo.heringer@aluno.unb.br)

O Brasil possui um longo histórico de políticas públicas voltadas à compra de alimentos para populações em situação de vulnerabilidade e para crianças. Nesse contexto, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma das iniciativas mais antigas do país. Ao longo do tempo, o programa passou de um modelo centralizado no nível federal para uma política descentralizada, com forte incidência local e foco na promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional, considerando os aspectos socioculturais dos territórios. Em 2009, o PNAE estabeleceu a obrigatoriedade de destinar, no

mínimo, 30% dos recursos federais à compra de alimentos da agricultura familiar, priorizando povos indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e mulheres rurais. Apesar desse avanço institucional, exigências regulatórias, como registro sanitário e emissão de documentos fiscais, ainda representam obstáculos à participação dos povos indígenas. Essas barreiras podem fragilizar a manutenção de suas culturas alimentares e favorecer a inserção de alimentos industrializados provenientes de outros territórios. Embora a literatura acadêmica sobre o PNAE seja extensa, a maioria dos estudos concentra-se nos efeitos da agricultura familiar sobre a economia local, o associativismo e a sustentabilidade ambiental. Persistem lacunas quanto à participação efetiva dos grupos prioritários definidos pela política. Nesse sentido, esta pesquisa analisa a participação de povos indígenas no PNAE entre 2013 e 2022, na Amazônia Legal, região que concentra o maior contingente dessa população no país. A metodologia é quantitativa, baseada em dados da plataforma de prestação de contas do gestor do programa, analisando os cardápios e os tipos de alimentos segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira. Os resultados indicam crescimento gradual da participação indígena e maior oferta de alimentos in natura, especialmente frutas e hortaliças, em contraste com a predominância de alimentos processados e ultraprocessados fornecidos por outros agentes.

Palavras-chave: alimentação escolar; povos indígenas; guia alimentar; compras públicas.